

DISPUTA POLÍTICA COMO CONTEXTO FAVORECEDOR DE IMPRESSÃO DE CATECISMOS JESUÍTICOS NAS LÍNGUAS VERNÁCULAS COLONIAIS: O GOVERNO DO PADRE GERAL MUCIO VITELLESCHI (1615-1645)

Maria Cândida Drumond Mendes Barros
Museu Emílio Goeldi, Belém

RESUMO: *Este artigo enumera e analisa as obras jesuíticas impressas nas línguas vernáculas das colônias portuguesas no período do governo do Padre Mucio Vitelleschi (1615-1645), período no qual Roma questiona a indicação dos missionários pela coroa portuguesa. A autora mostra que as impressões em línguas vernáculas das colônias se multiplicam neste período de ameaça do poder jesuítico, o que indica o uso simbólico dessas obras como modo de resistência.*

ABSTRACT: *This article enumerates and analyses Jesuitical works printed in vernacular languages of Portuguese colonies in the period of the government of Priest Mucio Vitelleschi (1615-1645), a period in which Rome questions the nomination of the missionaries by the Portuguese crown. The author shows that the printing in vernacular languages multiplies in this period of threat of Jesuit power, which indicates the symbolic use of these works as a means of resistance.*

1. Introdução

O trabalho se propõe caracterizar a política jesuítica de impressão de obras em línguas vernáculas no período do governo do Padre Geral Mucio Vitelleschi (1615-1645), com interesse particular nos catecismos. Durante os 30 anos do seu governo, houve publicações em japonês, em konkani, em tupi, em maratha, em kikongo e em kimbundu. Nestas três últimas línguas, era a primeira vez que se imprimia uma obra. Foram, no total, cinco catecismos, três gramáticas, um dicionário e um “purana”,

obra que não se enquadrava nos gêneros textuais ocidentais, por utilizar um estilo épico indiano para veicular temas cristãos.

As impressões destas obras durante o mandato de Vitelleschi ocorreram em um período em que a hegemonia jesuítica nas missões nas colônias portuguesas foi questionada pelo Papa. Procurar-se-á ver os reflexos desse conflito político-religioso no ritmo das impressões dos catecismos jesuíticos coloniais. A atenção se voltará para a conjuntura política da impressão de três catecismos coloniais: em língua tupi, Antônio Araújo (1618[1952]); em kikongo, Mateus Cardoso (1624); e em kimbundu, Antônio Couto (1645).

2. Conjuntura política do governo de Mucio Vitelleschi

Os trinta anos do governo do padre geral Vitelleschi estão dentro do período que o historiador Dauril Alden (1996) delimitou como sendo de estabilidade institucional na Companhia de Jesus (1617 – 1704). Os principais traços da organização jesuítica já estavam cristalizados, tais como a sua hierarquia interna.

Porém, o governo de Vitelleschi sofreu outro tipo de instabilidade, não interno, mas em relação ao espaço que a Companhia de Jesus tinha nas colônias portuguesas, devido à criação, em 1622, da Congregação da Propaganda Fide, instituição que se contrapôs ao monopólio jesuítico na colonização portuguesa. Esta instituição havia sido fundada pelo Papa, com o propósito político de transferir para Roma a gerência das missões católicas nas colônias ibéricas. Um dos seus objetivos era enviar missionários italianos e franceses para as colônias portuguesas, sem passar pela prévia autorização dos reis de Portugal.

A ingerência dos reis ibéricos em relação à evangelização das colônias tinha surgido com o acordo do Padroado, firmado por meio de breves papais entre 1452 e 1514. Porém, no século XVII, Roma procurou interferir sobre as missões. O questionamento ao Padroado por parte dos Papas atingia diretamente aos jesuítas, por terem estes a hegemonia da evangelização das colônias portuguesas.

Vitelleschi conviveu por cerca de duas décadas com dois outros personagens envolvidos na disputa pelo lado romano sobre as missões portuguesas: o Papa Urbano VIII e o Padre Francisco Ingoli, secretário da Congregação da Propaganda Fide. O Papa Urbano VIII (1623-1644) foi um dos principais Papas opositores ao Padroado. Francisco Ingoli foi secretário geral da Congregação da Propaganda Fide entre 1622 e 1649, e um ferrenho opositor aos padres portugueses (Boxer 1989:105). Os três personagens conviveram por duas décadas nos seus respectivos cargos e nas suas desavenças. As publicações nas línguas vernáculas refletiram essa disputa.

3. Catecismos populares europeus e catecismos coloniais: diferenças na forma de financiamento da impressão

Na Igreja católica europeia, o catecismo em línguas vernáculas europeias foi um best-seller do século XVI devido ao papel que era dado a este tipo de obra como salvação da alma dos fiéis. Todo aquele que aprendesse ou ensinasse através deste tipo de obra ganhava vários dias de indulgências.

Os catecismos em línguas vernáculas das colônias não tiveram, como o seu congêneres na Europa, atrativos econômicos para o impressor e, por isso, sua impressão dependeria de encontrar mecenas para financiar a edição. Alguns de seus mecenas transparecem nas dedicatórias, como naquela endereçada à senhora Izabel d'Oliveira Cortereal no catecismo kimbundu (Couto 1642).

Muitos manuscritos não chegaram a ser impressos por falta de apoio financeiro e de poder político para conseguir mecenas. Em um manuscrito do século XVII, um franciscano na Índia relatava as dificuldades para publicar os textos elaborados pela sua Ordem por não terem recursos e por falta de habilidade política para conseguir patrocinadores por meio de dedicatórias:

Não se teem dado ao prelo muitos destes livros por carecermos de cabedais pela pobreza evangélica que professamos; e os que se deram à estampa se deve à diligência dos autores, que souberam dedicar os seus livros a pessoas reais e ilustres, as quais mandaram imprimir com seu despêndio (Saldanha 1945:13)

Porém, os jesuítas também não conseguiram mecenas naquelas colônias consideradas com menos atrativos políticos e religiosos. Um caso de ausência de mecenato foi o catecismo tupi de Antônio Araújo (1618), pago pelos próprios padres no Brasil, como diz a folha de rosto.

4. Política de impressão de catecismos nas línguas vernáculas no padroado português: hegemonia jesuítica

A elaboração e a impressão dos catecismos em línguas vernáculas nas colônias portuguesas entre o século XVI e primeira metade do século XVII apontam para a hegemonia dos jesuítas. Um fato que ilustra esta hegemonia é a predominância de autores jesuítas na transposição do catecismo para as colônias. Um exemplo foi o catecismo jesuítico de Marcos Jorge e Inácio Martins (1602), que teve uma ampla difusão nos domínios portugueses na

Ásia, na África e no Brasil por cerca de cem anos. Sua primeira edição ocorreu em 1566. Da segunda metade do século XVI até a primeira do XVII, ele foi o catecismo europeu com mais traduções impressas no mundo colonial português, com edições em tamul (1579), japonês (1592), konkani (1622), kikongo (1624 e 1650). Em tupi, a tradução do catecismo de Marcos Jorge, feita por Leonardo do Vale em 1574 (História 1897), não foi impressa. Porém, o catecismo de Antônio Araújo (1618), o primeiro impresso em tupi, preservou diálogos da Doutrina Cristã de Marcos Jorge.

5. Publicações jesuíticas no período do governo de Mucio Vitelleschi

Durante o governo do Padre Geral Mucio Vitelleschi, os jesuítas publicaram obras em diferentes línguas das colônias portuguesas. No período em que ele foi o máximo dirigente jesuítico, cinco catecismos foram impressos em quatro línguas: tupi (Antônio Araújo 1618), kikongo (Mateus Cardoso 1624), kimbundu (Antônio Couto 1642), e dois em Konkani (Tomas Estevão 1622, Diogo Ribeiro 1632). Entre as gramáticas, quatro foram publicadas em três línguas: japonesa (segunda edição abreviada de João Rodrigues), em 1620; tupi (Luís Figueiras 1621) e Konkani (Tomás Estevão 1640). Foi a primeira vez que houve publicações em línguas africanas: kikongo e kimbundu.

O empenho de Mucio Vitelleschi nas impressões nas línguas vernáculas das colônias portuguesas pode ser observado na ordem expressa que deu para os missionários na Índia em 1618: “Encomenda muito o P. Geral que se imprimam livros na lingua da terra pera bem das christandades” (Mucio 1618 *apud* Wicki 1980:441).

Os missionários na Índia nem sempre tiveram esse apoio para imprimir seus manuscritos lingüísticos. Tomas Estevão, por exemplo, pedia, em 1608, ao então Padre Geral que intercedesse junto ao Padre Provincial para que fossem impressos alguns livros em caracteres indianos:

Antes que acabe quero advertir a V. Paternidade que há muitos annos que grandemente desejei ver nesta Provincia alguns livros impressos na lingua e letra da terra, como os há no Malabar com grande fruto daquela christandade, e nunca se effeituou por duas causas: a primeira porque parecia impossivel fazeremse tantas matrizes que passarião de seiscentas [.....] a outra porque esta sancta curiosidade não se pode effeituvar sem ordem e favor do Provincial, e elles tem tantas couzas em que entender, que não tem vagar para cuydar nisto, quanto mais pera o tomar a peito. A primeira difficuldade tem seu re-

medio, porque se podem reduzir estas matrizes a duzentas; a segunda se tirará se V.P. ouver por bem escrever ao P. Provincial sobre isso, encommendando-lhe muyto pera que faça o que achar ser a mor gloria de Deos e edificação e proveito desta christandade (Estevão 1608 apud Silva 1993:135).

As dificuldades de Estevão para imprimir terminaram durante o governo de Vitelleschi como Padre Geral. Em 1616, Estevão pôde publicar “Purana Cristã”, em maratha, com escrita romanizada, primeira obra do mandato de Vitelleschi.

O apoio de Vitelleschi ao uso das línguas vernáculas na conversão não representou seu apoio à entrada dos falantes nativos destas línguas na Companhia de Jesus como sacerdotes. Ao contrário, a posição de Vitelleschi foi de manter a proibição de admissão na Ordem de indivíduos originários da população nativa na Índia, exclusão que vinha desde 1579 (“naturaes da Índia não se podem receber na Companhia”/ 1628 *apud* Wicki 1980:450). Muitas dessas obras impressas eram destinadas a apoiar o quadro de missionários europeus, falantes estrangeiros e letrados, que usavam da escrita como forma de aprendizado dessas línguas.

6. As atividades tipográficas da congregação da propaganda fide

No decreto papal de criação da Congregação da Propaganda Fide, se recomendava o estudo das línguas vernáculas, o que estabelecia a necessidade de obras nestas línguas (Henkel 1972: 335). Em 1627, a Congregação montou sua própria imprensa com tipos diferentes de letras (ilírico, sérvio, árabe, armênio, grego, hebraico, caldeu e latim) ganhando caráter de uma prensa poliglota (Henkel 1972:335).

A impressão das obras pela Propaganda Fide esteve voltada mais para a disputa política pelos domínios no Oriente e na África. Um exemplo do cunho político destas impressões foi o dicionário anamítico, português e latim, de Alexandre Rhodes (1591-1660), publicado em 1651. Rhodes foi para o Vietnã em 1632 como membro da Companhia de Jesus. Permaneceu com os jesuítas até 1646, quando criou uma missão concorrente, a Societe des Missions Etrangeres, destinada a atuar no Oriente, com o apoio de Roma.

As publicações da Propaganda Fide não alteraram os textos de evangelização dos jesuítas. Em dois casos, a instituição romana reeditou os catecismos jesuítas. Um deles foi a segunda edição do catecismo kikon-go de Mateus Cardoso (1650). A outra foi a reedição do catecismo de Antônio Couto na língua kimbundu (1661).

A característica das publicações da Congregação nesse período foi a introdução da versão em latim e/ou italiano do texto doutrinário. A inclusão dessas línguas estava dirigida aos novos missionários que assumiam espaços no Padroado Português, como os capuchinhos italianos em Angola e no Congo.

7. Análise de três casos de catecismos jesuíticos

O caráter político destas publicações nas línguas vernáculas da colônia pode ser observado em dois contextos: a) publicações durante o exílio dos missionários; e b) publicações nos momentos de perda do monopólio por parte dos jesuítas.

7.1 Publicação em situação de exílio: Angola

Obras de exílio seriam aquelas publicadas depois da expulsão dos jesuítas das regiões onde se falava a língua do catecismo. Este é o caso do catecismo kimbundu de Antônio Couto em 1645, impresso no período em que os holandeses mantinham o controle sobre Angola (1641-1648) e os jesuítas estavam fora da região. A referência às dificuldades de evangelizar em Angola está mencionada no catecismo (Couto 1645:4). O contexto de guerra contra os holandeses está presente no catecismo pela metáfora bélica dada à obra de Couto, comparando-a a uma arma.

7.2 Publicação em situação de competição por espaço missionário: Congo e Brasil

7.2.1 Congo

A tradução e a impressão do catecismo de Marcos Jorge para o kikongo se deu cinco anos depois da chegada dos jesuítas na região. O catecismo de Mateus Cardoso foi uma das obras jesuíticas mais rápidas a ganhar a impressão. A doutrina foi impressa em 1624 e um folheto com orações em 1629. O apoio financeiro veio de um comerciante português que havia entrado na Ordem (Farinha 1942).

Essa obra foi publicada na mesma época em que os jesuítas deixavam de ser o único grupo a evangelizar o Congo, a partir da autorização do Papa para que frades capuchinhos da Itália atuassem na região a partir de 1620 (Farinha 1942:193).

O catecismo de Mateus Cardoso apresenta dupla dedicatória: a mesma obra foi difundida com duas folhas de rosto diferentes. Uma dedicatória era dirigida a Miguel de Castro, Arcebispo Metropolitano de Lisboa, a outra era dedicada ao rei do Congo D. Pedro Afonso II. As dedicatórias do catecismo de Mateus Cardoso são indícios de como esse

tipo de obra servia de instrumento de negociação entre diferentes forças políticas. Para cada um dos grupos a negociar, surgem diferentes dedicatórias. A dedicatória ao Rei do Congo deveria ter sido a forma de negociar espaço com a realeza do Congo, que desde o período filipino se dirigia a Roma diretamente, e não a Lisboa, para tratar sobre missionários.

Quanto a Miguel de Castro, ele era um nome importante da Igreja portuguesa. Entre 1615 e 1617, foi Vice-rei de Portugal por nomeação de Filipe II. Pelos termos da dedicatória de Cardoso, Castro teria sido o mecenas não só dessa publicação de caráter catequético como de outras em línguas vernáculas coloniais.

7.2.2 *Brasil*

Um indício da falta de interesse político pelo Brasil pode ser observado pelo tempo que levou para ser impresso o primeiro catecismo em tupi: foram cerca de setenta anos até sua publicação, processo bastante lento se for comparado com o catecismo kikongo, publicado depois de cinco anos da chegada dos jesuítas ao Congo.

As cartas dos jesuítas no Brasil mostram que a impressão do catecismo tupi foi um processo difícil. Antes de 1618, vários pedidos de impressão de textos em tupi foram feitos pelos jesuítas a Portugal. Os pedidos feitos em 1575, 1585 e 1592 (Leite 1938 t.II: 557 e 552) foram sem sucesso.

O catecismo tupi foi tão moroso para ser impresso que franceses e espanhóis publicaram com anterioridade trechos do discurso jesuítico em tupi. Dois franceses – André Thevet (1575) e Yves d'Evreux ([1615]1864) - publicaram orações jesuíticas em tupi em um gênero de literatura popular na França naquele período, que era o relato de viagem. O franciscano Jerônimo Ore (1607) incorporou as orações jesuíticas tupi em um catecismo nas línguas aymara, quéchua e guarani.

O contexto político que favoreceu a impressão do catecismo tupi em 1618 foi o plano jesuítico de atuar na Amazônia, recém-ocupada pelos portugueses através da tomada de São Luís dos franceses e da fundação de Belém. Neste momento, houve uma disputa entre franciscanos e jesuítas para evangelizar a região. Em 1618, os indicados pelo rei foram os franciscanos (Saraçoça 2000).

O prólogo do catecismo de Araújo (1618) faz alusão ao uso daquela obra na evangelização da população indígena da Amazônia, antes mesmo de a Companhia de Jesus ter montado missões naquela região.

A impressão do catecismo de Antônio Araújo significava a oficialização de um discurso cristão em tupi para uso tanto nas missões na costa do Brasil como para a região do Grão-Pará e Maranhão. A oficialização de um mesmo discurso tupi para as duas regiões ocorreu no mesmo ano em que se tornaram separadas administrativamente por meio da criação do Estado do

Maranhão e Grão Pará independente do Estado do Brasil (Saragoça 2000). Dessa forma, na mesma época em que o discurso cristão em tupi ganhava um instrumento comum para a difusão nas duas regiões, o discurso administrativo (em português) tornava-se específico para cada região.

8. Conclusões

A análise do período de governo do Padre Geral Vitelleschi aponta que as impressões de obras em línguas vernáculas das colônias se multiplicaram nas conjunturas políticas em que houve ameaça de perda do monopólio jesuítico e não nos momentos de hegemonia da missão, como no século XVI. A ampliação das impressões em momento de perda de poder político indicaria que essas obras apresentavam um valor simbólico. Elas não eram obras que respondiam exclusivamente ao uso pelo missionário em situações de evangelização. Elas teriam uma circulação também fora das colônias com um uso mais simbólico do que instrumental, mas não menos importante.

Entre a chegada dos jesuítas em uma região e a primeira impressão de um catecismo na língua usada na área, não parece haver um padrão comum de tempo. A disparidade pode ser observada na comparação de dois catecismos: a doutrina cristã na língua kikongo de Cardoso (1624), impressa depois de cinco anos da presença dos jesuítas no Congo, e o catecismo tupi (Araújo [1618] 1952), que levou cerca de setenta anos para alcançar a tipografia. A impressão dessas obras parece ter respondido mais a uma conjuntura política da Companhia de Jesus e menos à mera conclusão de um manuscrito sobre estas línguas.

Referências bibliográficas

- ALDEN, D. (1996). *The making of an enterprise, The Society of Jesus in Portugal. Its Empire, and beyond. 1540-1750*. Stanford. Stanford University Press
- ARAÚJO, A. de. (1952). *Catecismo na língua brasilica*. (fac-símile da edição de 1618) Rio de Janeiro: Olímpica.
- CARDOSO, M. (1624). *Doutrina christaa. Composta pelo P. Marcos Jorge*. De novo traduzida na lingoa do Reyno de Congo. Lisboa: por Geraldo da Vinha, 1624.
- COUTO, A. & PACCONIO, F. (1645). *Gentio de Angola sufficientemente instruido nos misterios de nossa sancta fé*. Lisboa, por Domingos Lopes Rosa.
- COUTO, A. (1661). *Gentilis Angollae Fidei Mysteriis*. Rome. Typis S. Congrep. de Propaganda Fide.
- ESTEVÃO, T. [1622] 1945. *Doutrina cristã em língua concani*. Im-

- pressa em Rachol (Goa) em 1622. Segunda edição, fac-similada. Com introdução, notas e glossário por Mariano Saldanha. Agência Geral das Colônias. Lisboa.
- D'EVREUX, Y. (1864). *Voyage dans le Nord du Brésil*. Publié d'après l'exemplaire unique conservé a la Bibliotheque Impériale de Paris. Avec une introduction et des notes par M. Ferdinand Denis. Leipzig & Paris, Librairie A. Franck.
- FARINHA, Pe. A. L. (1942). *A expansão da fé na Africa e no Brasil. Subsídios para a história colonial*. Agência Geral das Colônias. 2 volumes. Lisboa.
- HENKEL, W. (1972). *The polyglot printing-office of the Congregation* (pags.335-350). In: Metzler, J. (ed.). *Sacrae Congregationis de Propaganda Fide. Memória rerum*. Herder.
- Historia de la fundación del Collegio de la Baya de todo los Santos, y de sus residencias*. 1897. Anais da Biblioteca Nacional n. 19, pag. 77-121
- JORGE, M. / MARTINS, I. (1602). *Doctrina Christã*. Lisboa. Impresso com licença por Pedro Crasbeeck.
- LEITE, S. 1938-50. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 volumes. Instituto Nacional do Livro. Rio Maruyama, Toru. 1996. Selective bibliography concerning the Jesuit mission press in the sixteenth and seventeenth centuries. Nanzan University.
- ORE, L. J. (1607). *Rituale seu Manuale Peruanum*. Napolis.
- SALDANHA, M. (1945). *Introdução, notas e glossário*. In: Estevão, Tomas. *Doutrina cristã em língua concani*. 622. Segunda edição, fac-similada. Agência Geral das Colônias. Lisboa.
- SILVA, C. (1993). *Evangelização e Imprensa nos séculos XVI e XVII na Índia*. Congresso Internacional de História. Missionaçãõ Portuguesa e Encontro de Cultura. vol. 2. Braga.
- THEVET, A. (1575). *La Cosmographie Vniverselle*. Paris, Chez Pierre l'Huillier.
- WICKI, I. (1980). *Dois compêndios das ordens dos Padres gerais e congregações provinciais da Província dos Jesuítas de Goa feitos em 1664*. Separata Stvdia. Revista Semestral. Lisboa.

Palavras-chave: obras jesuíticas, publicação, poder

Key-words: Jesuit works, printing, power

